

## AMMP discute a Rio + 20

O professor Jérôme Fromageau, da Universidade de Paris, fez conferência na Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), na noite do dia 19 de junho. Ele analisou a regulação ambiental no mundo, apontando os avanços e os retrocessos das principais convenções internacionais, além de destacar alguns temas de discussão na RIO + 20: tutela das florestas, das águas, da biosfera e do patrimônio cultural. Fromageau participou do encontro da ONU no Rio. A conferência de Fromageau em Belo Horizonte foi promovida pela AMMP e Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP).



BARBARA PEXOTO

PÁGINA 3

▲ Jérôme Fromageau e Marcelo Milagres

## Agenda Cultural vai a Almenara e Teófilo Otoni

PEDRO HENRIQUE



▲ Em Almenara, a reunião foi presidida por Nedens Ulisses

O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses, coordenou a Agenda Cultural no dia 5 de julho em Almenara, no Vale do Jequitinhonha. Reuniu-se com os associados da Regional para discutirem temas de interesse do *parquet*. O procurador de Justiça Adilson de Oliveira Nascimento fez palestra sobre o “Ministério Público e o modelo acusatório do Processo Penal”. No dia 6, a Agenda Cultural chegou a Teófilo Otoni.

PÁGINA 5

## Associação tem novo site, Twitter e Facebook



Mais ferramentas e conteúdos estão no ar, desde 3 de julho, no novo site da AMMP ([www.ammmp.org.br](http://www.ammmp.org.br)). Está disponível a galeria de fotos de

todos os congressos, seminários, jornais e artigos.

A associação tem também página no Facebook e Twitter.

PÁGINA 13

# CNMP completa sete anos e lança Banco de Projetos

Sessão solene no dia 27 de junho marcou os sete anos de instalação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Na ocasião foi lançado o Banco de Projetos do Ministério Público, que objetiva mapear iniciativas bem-sucedidas e disseminar boas práticas de gestão no Ministério Público brasileiro. A apresentação foi feita pela conselheira Cláudia Chagas, presidente da Comissão de Planejamento Estratégico

do CNMP e coordenadora nacional do Planejamento Estratégico Nacional (PEN).

Os projetos cadastrados ficarão disponíveis para consulta, via internet, visando estimular que experiências de sucesso sejam replicadas em todo o Brasil. As melhores práticas cadastradas também concorrerão a prêmio, a ser lançado ainda neste ano. O banco integra a etapa de execução do Planejamento Estratégico Nacional (PEN)

do Ministério Público brasileiro.

Na sessão presidida pelo procurador-geral da República e presidente do CNMP, Roberto Gurgel, também foi assinado convênio com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE) para cessão gratuita e recíproca de programas fontes de sistemas e o intercâmbio de informações e conhecimentos da área de tecnologia da informação e área-fim.

## STF divulga salário de servidores e pensionistas

Os salários de servidores ativos e inativos do Supremo Tribunal Federal (STF) foram divulgados em 4 de julho. A medida atende à parte das exigências da Lei de Acesso à Informação e complementa a abertura iniciada em 29 de junho, quando publicou os salários de ministros e juízes convocados. Pode-se conhecer no site os vencimentos dos 1,2 mil servidores ativos, 493 servidores inativos e pensionistas, 16 ministros inativos e 15 juízes convocados, além dos 11 ministros em exercício, que recebem o teto do tribunal e do funcionalismo público, com vencimentos de R\$ 26,7 mil.

A consulta pode ser feita pelo mês da folha de pagamento. Os vencimentos são apresentados em ordem alfabética em listas de 25 nomes por página. Também é possível fazer pesquisas nominais. O Supremo não entrou no mesmo nível de detalhe do

Tribunal Superior do Trabalho (TST), que divulgou até as diárias recebidas por ministros e funcionários.

Além do nome, cargo, função e vencimentos líquidos e brutos dos servidores, são divulgadas as quantias pagas de auxílios e benefícios, horas-extras, indenizações e abono de permanência quando o servidor continua trabalhando mesmo que tenha idade para se aposentar.

### Outros tribunais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu prazo até 20 de julho para que os tribunais de todo o país publiquem os contracheques dos servidores e magistrados. Por unanimidade, foi aprovada resolução com regras explicando como tem de ser a divulgação.

Devem constar da planilha o nome da pessoa, o rendimento bruto, os descontos, o car-

go que ocupa e a unidade da federação onde trabalha.

A decisão vale para todo o Judiciário, exceto para o STF e o TSE, que já disponibilizaram informações.

A página que detalha os salários pode ser acessada por meio do link Acesso à Informação, localizado na aba superior do site do Tribunal, seguido do link Consulta Remuneração, que fica no menu esquerdo da página.



## Executivo federal também mostra dados

A Controladoria Geral da União (CGU) publicou, no Portal da Transparência, o salários de todos os servidores públicos civis do Executivo federal. Há informações também sobre gratificações, jetons e deduções no Imposto de Renda e Previdência Social. Os dados se referem aos vencimentos de maio e serão atualizados mensalmente.

Para saber quanto o servidor

ganha, o internauta deve acessar o Portal da Transparência ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)) e clicar na aba "Servidores". A divulgação cumpre determinação da Lei de Acesso à Informação, sancionada em maio.

O prazo para divulgação dos salários dos militares vai até 30 de julho. No caso das verbas indenizatórias (como ajuda de custo, vale-transporte e diária de viagem), o prazo, tanto para civis quanto para

militares, será 30 de agosto.

A CGU informou, em nota, que alguns dados não serão divulgados. "Descontos de caráter pessoal, incidentes sobre a remuneração, como pagamento de pensões e de empréstimos consignados, não vão ser exibidos por serem considerados informações de natureza privada, devendo estar protegidos de divulgação, segundo a lei.



Rua Timbiras, 2.928  
Barro Preto  
30140-062  
Belo Horizonte/MG  
ammp@ammp.org.br  
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

**Presidente**  
Nedens Ulisses  
Freire Vieira

**1º vice-presidente:**  
Shirley Fenzi Bertão

**2º vice-presidente**  
João Medeiros Silva Neto

**3º vice-presidente**  
Edson Ribeiro Baeta

**4º vice-presidente**  
Gilberto Osório Resende

**1º diretor administrativo**  
Selma Maria  
Ribeiro Araújo

**2º diretor administrativo**  
Valéria Dupin Lustosa

**1º diretor financeiro**  
Carlos Henrique  
Torres de Souza

**2º diretor financeiro**  
Luiz Felipe de  
Miranda Cheib

**Responsáveis pela edição**  
**Jornalista responsável**  
Ofélia L. P. Bhering  
(MG 2.289 JP)

**Repórter**  
Felipe Jávere  
(MTB 12046/MG)

**Repórter**  
Bárbara Peixoto

**Diagramação**  
Edições Geraes Ltda.

**Tiragem**  
1.500 exemplares

# AMMP promove debates sobre a Conferência Rio + 20

O professor Jérôme Fromageau, que participou ativamente da Conferência RIO + 20, fez conferência na Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), na noite do dia 19 de junho. Ele abriu sua palestra com uma análise crítica da regulação ambiental no mundo, apontando os avanços e os retrocessos das principais convenções internacionais. Destacou alguns temas de discussão na RIO + 20: tutela das florestas, das águas, da biosfera e do patrimônio cultural. A conferência internacional foi promoção da AMMP Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMPMG).

Segundo Fromageau, as conclusões finais da Conferência ficaram abaixo das expectativas, sobretudo considerando a aplicabilidade do princípio do não retrocesso do patamar protetivo ambiental já consolidado. Para ele, questões como o financiamento para o desenvolvimento sustentável ficaram

prejudicadas pelo atual ambiente econômico, sobretudo europeu. Ao final, apontou a relevância da participação da sociedade civil na formulação de soluções ambientais, inclusive como voz determinante junto aos poderes públicos.

Fromageau é doutor em Direito, professor de História Contemporânea Política e Social, História do Direito Penal, História do Direito da Saúde, Direito da Cultura e diretor da Faculdade Jean Monnet – Université Paris SD 11. Responsável pelos cursos de mestrado em Direito do Patrimônio Histórico e Direito do Meio Ambiente é também professor da Escola de Louvre e do Instituto Nacional do Patrimônio em seu país, além de autor de diversos trabalhos em Direito Ambiental e Patrimônio Histórico e Cultural.

Participaram dos debates promotores e procuradores de Justiça, ambientalistas, estudantes de Direi-

BARBARA PEIXOTO



to. Compuseram a mesa o presidente da AMMP, Nedens Ulisses; o presidente da FESMP-MG, Marcelo Milagres; a primeira vice-presidente da AMMP, Shirley Fenzi Bertão; o corregedor-geral do Ministério Público, Luiz Antônio Sasdelli; e o secretário estadual de Defesa Social, Rômulo Ferraz, ex-presidente da AMMP.

▲ Ao centro, à esquerda, professor Jérôme Fromageau

## A Voz do Ministério Público aborda improbidade administrativa, meio ambiente e Terceiro Setor

Os 20 anos da Lei da Improbidade Administrativa foi tema da edição do dia 12 de junho de *A Voz do Ministério Público*, programa de entrevistas e debates jurídicos produzidos pela AMMP. Foram entrevistados os procuradores de Justiça Gisela Potério Santos Saldanha e Antônio Sérgio Rocha de Paula, da Procuradoria de Justiça de Direitos Difusos e Coletivos.

No dia 26 de junho, o programa abordou as reflexões da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, realizada de 13 a 22 de junho no Rio de Janeiro, e o papel do Ministério Público

na defesa do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Os entrevistados foram o promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto e a procuradora da República Zani Cajueiro Tobias de Souza, do Grupo de Trabalho de Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal.

A décima edição de *A Voz do Ministério Público* abordou a atuação ministerial na fiscalização das fundações e entidades de interesse social, bem como a coordenação das organizações do Terceiro Setor. Foram entrevistados o procurador de Justiça Tomaz de

Aquino Resende, coordenador do Centro de Apoio às Alianças Intersetoriais do Ministério Público, e Valma Leite da Cunha, curadora da Promotoria de Fundações de Belo Horizonte.

O programa *A Voz do Ministério Público* é produzido quinzenalmente pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), reprisado nos mesmos canais às terças e quintas-feiras, às 20 horas; aos sábados, às 8h30; e aos domingos, às 13 horas. O jornalista Benny Cohen é o entrevistador.

Os programas estão disponíveis em [www.ammp.org.br](http://www.ammp.org.br) (vídeos).



▲ Antônio Sérgio e Gisela Potério



▲ Carlos Eduardo e Zani Cajueiro



▲ Tomaz Aquino e Valma Leite

BARBARA PEIXOTO

# Membros do MP recebem Medalha Alferes Tiradentes

Promotores e procuradores de Justiça receberam a Medalha Alferes Tiradentes no dia 6 de junho, durante a solenidade de comemoração dos 237 anos da Polícia Militar de Minas Gerais. A cerimônia foi presidida pelo governador Antonio Anastasia.

A entrega da comenda foi realizada na Academia de Polícia Militar. A primeira vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Shirley Fenzi Bertão, foi uma das agraciadas com a medalha, além dos procuradores de Justiça

Denílson Feitoza Pacheco, Tomaz de Aquino Resende e os promotores Adriano Botelho Estrela, Fabrício Marques Ferragini, Paulo de Tarso Morais Filho, Rolando Carabolante, Luz Maria Romanelli de Castro, Fábio Ordones Martins da Costa e Paulo Campos Chaves.

Cento e quarenta autoridades civis e militares e entidades que prestaram relevantes serviços à corporação foram agraciadas com a Medalha Alferes Tiradentes, a maior comenda da PM mineira.

Divulgação



▲ Governador Antonio Anastasia e a vice-presidente da AMMP, Shirley Fenzi

## Nedens visita ministra Cármen Lúcia

O presidente da AMMP, Nedens Ulisses, acompanhado do procurador de Justiça André Ubaldino foi recebido no dia 4 de julho pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia Antunes Rocha. Dentre outros assuntos de interesse institucional, Nedens levou à ministra a preocupação sobre a manutenção do poder de investigação criminal pelo Ministério Público, que é objeto de discussão no Supremo.

O STF discute a matéria no Recurso

Extraordinário 593727 e no *Habeas Corpus* 84548, que questionam a validade de denúncias feitas com base em investigações criminais realizadas pelo MP. O julgamento das ações foi suspenso no dia 27 de junho, com o pedido de vista do ministro Luiz Fux.

Além do Supremo, o Parlamento também discute o poder investigatório criminal pelo *parquet*.

A Proposta de Emenda à Constituição

37/2011 (PEC 37), de autoria do deputado federal Lourival Mendes (PTdoB-MA), estabelece que a apuração das infrações penais, restringe o poder investigatório do Ministério Público, por sendo de competência privativa das polícias Civis e Federal. A PEC acrescenta um parágrafo ao artigo 144 da Constituição Federal, que trata da organização da Segurança Pública no Brasil, definindo que a missão de investigar crimes é da Polícia Judiciária.

## Presidente da Regional de Varginha pede apoio a deputado para aprovação de PLs

O promotor de Justiça Paulo Henrique Senra Carneiro Barbosa, presidente da Regional de Varginha da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), encaminhou correspondência ao deputado federal Odair José Cunha, vice-líder do Governo, com "pedido de empenho" para viabilizar a aprovação dos projetos de lei 7749/2010 e 2197/2011, que tramitam na Câmara. O que se pretende é a abertura de diálogo harmônico e respeitoso entre a presidente Dilma Rousseff e as casas legislativas.

O Projeto de Lei 2197/2011 dispõe sobre o subsídio de ministro do STF e orienta o reajuste da magistratura e do MP. Foi encaminhado

ao Congresso Nacional em agosto de 2011 pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, com proposta de reajuste de 4,8% no subsídio dos ministros da Corte. O PL 7749/2010, encaminhado em agosto de 2010, propõe reajuste de 14,7%.

A proposta também permitiria, a partir de 2012, a revisão anual automática do valor do subsídio, sem necessidade de análise do aumento pelos parlamentares. O aumento dependeria somente de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e de disponibilidade de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Qual-

quer acréscimo na remuneração dos ministros hoje depende de deliberação do Congresso sobre projeto de lei específico.

Segundo o texto, o aumento só dependeria de aprovação dos parlamentares a cada quatro anos, a partir de 2015. Ao fim de cada período, o processo continuaria como hoje: envio, pelo STF, de um projeto de lei sobre o aumento para análise do Câmara e do Senado. Para os outros anos, valeria a regra da revisão automática.

O último aumento dos ministros do STF ocorreu em setembro de 2009. Na época, o subsídio era de R\$ 24,5 mil e o reajuste foi de 8,8%.

O Projeto de Lei 2197/2011 dispõe sobre o subsídio de ministro do STF e orienta o reajuste da magistratura e do MP

# AMMP leva Agenda Cultural a Almenara e Teófilo Otoni

FOTOS PEDRO HENRIQUE

O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses, coordenou a Agenda Cultural em Almenara, no Vale do Jequitinhonha, no dia 5 de julho. A reunião com os associados da Regional ocorreu na Sede das Promotorias. Foram tratados temas de interesse da classe, em discussão nos tribunais superiores e no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a tramitação de projetos de lei na Câmara e Senado.

O procurador de Justiça Adilson de Oliveira Nascimento fez palestra sobre o “Ministério Público e o modelo acusatório do Processo Penal”. Adilson, mestre e doutor em Direito Processual, é professor-adjunto da PUC Minas e subcorregedor da Corregedoria Geral do Ministério Público de Minas Gerais.

Após a palestra, o associado Ama-deus Campos Brito recepcionou a todos com um jantar em sua residência.

## Cidadão Honorário

No dia 6, a Agenda Cultural foi realizada em Teófilo Otoni, com reunião de trabalho na Sede das Promotorias. O procurador Adilson Nascimento ministrou a mesma palestra na Regional.

As atividades foram encerradas com a participação da diretoria da AMMP na solenidade de entrega do título de Cidadão Honorário ao promotor de Justiça Fábio Reis de Nazareth, na Câmara Municipal de Teófilo Otoni.

Participaram das reuniões, além de Nedens Ulisses, o segundo vice-presidente João Medeiros, o membro do Conselho Deliberativo da Capital Renato Augusto Mendonça e o membro da Comissão de Defesa de Prerrogativas Heleno Rosa Portes.

Neste ano, foram cinco edições da Agenda Cultural, cumprindo o objetivo de aproximar a entidade dos associados do interior do Estado. Além de Almenara e Teófilo Otoni, foram realizadas reuniões em São Sebastião do Paraíso, Juiz de Fora e Montes Claros.



▲ Nedens Ulisses presidiu a reunião em Teófilo Otoni



▲ Fábio Reis (D) recebeu o título



▲ Bruno Jardini, Nedens Ulisses e Adilson de Oliveira

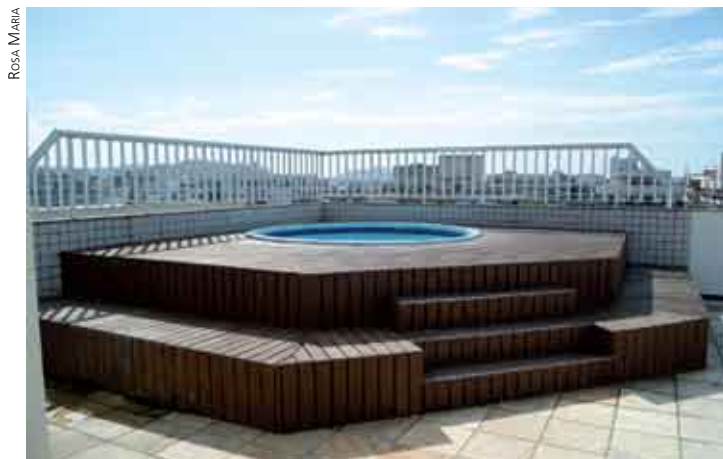


▲ Fábio Reis de Nazareth entre familiares, promotores e autoridades locais

PEDRO HENRIQUE

# Apartamentos de Cabo Frio ganham reformas

▶ A cobertura ganhou grade, pintura e reforma no deck



▶ Os armários de madeira foram substituídos por alvenaria



Os quatro apartamentos de Cabo Frio passaram por pequenas reformas, ganharam nova pintura e armários de alvenaria. Também foram substituídos ou repostos utensílios e eletrodomésticos. Problemas elétricos e hidráulicos, resolvidos. Foi ainda instalada grade na cobertura, e o deck está sendo restaurado. O investimento foi de aproximadamente R\$ 20 mil, informa a diretora administrativa Selma Maria Ribeiro Araújo.

Duas vezes por ano, são feitas vistorias nos apartamentos, os utensílios são inventariados e repostos. É também realizada manutenção elétrica e hidráulica.

A diretora administrativa pede aos associados cuidado com os armários e a pintura, que é branca. “Insisto nisso porque a mão de obra em Cabo Frio é difícil e cara”. O fato de a AMMP não poder manter um fiscal em Cabo Frio onera muito a obra.

A meta agora é trocar os televisores, fogões, geladeiras, mesas e cadeiras da sala. “Como tudo é multiplicado por quatro, as obras e compras estão sendo feitas por etapas”, complementa Selma Araújo.

## Carlos Henrique Ceccon é homenageado

As novas instalações da Corregedoria-Geral do Ministério Público, entregues no dia 2 de julho, têm o nome do procurador de Justiça Carlos Henrique Fleming Ceccon, em reconhecimento a seu trabalho e dedicação ao MP. Ceccon faleceu precocemente, aos 45 anos, em julho do ano passado. O descerramento da placa inaugurada em sua memória foi feito pelo filho caçula, Carlos Henrique Fleming Ceccon Filho.

Da solenidade, participaram a esposa e os filhos do homenageado, além de promotores e procuradores de Justiça. Adriana Ribeiro Costa Ceccon, esposa do homenageado, recebeu flores das mãos do corregedor-geral do MPMG, Luiz Antônio Sasdelli Prudente. Segundo ele, em “reconhecimento coletivo à sua atuação funcional esmerada, ao exercício vocacionado de suas tarefas ministeriais”.

O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses, participou da homenagem, acompanhado dos vice-presidentes Shirley Bertão e João Medeiros e do ex-presidente José Perdigão.



▶ Esposa e filhos participaram da solenidade em homenagem ao procurador

# Prêmio de Jornalismo Chico Lins será de R\$ 10 mil para o primeiro lugar

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) divulga o edital da 1ª edição do Prêmio de Jornalismo Promotor de Justiça Chico Lins para jornalismo impresso (jornal / revista / site) que tenha como tema a atuação do Ministério Público para a promoção da justiça. Caberá ao primeiro colocado R\$ 10 mil; ao segundo, R\$ 5 mil; ao terceiro, R\$ 2,5 mil. A entrega será feita no dia 25 de janeiro de 2013, quando serão celebrados 11 anos da morte do promotor de Justiça Francisco Lins.

O material de autoria de um ou mais profissionais, em forma

de reportagens, séries de reportagens, ensaios, coberturas sequenciais de eventos ou outras formas de publicação deve ter sido veiculado de 1º de janeiro de 2012 a 30 de novembro de 2012.

O candidato deve encaminhar os documentos à Comissão de Julgamento, via Correios, por Sedex, até 30 de novembro, data-limite para postagem, para a Comissão de Julgamento do 1º Prêmio de Jornalismo Promotor de Justiça Chico Lins – Rua Timbiras, 2.928 – Barro Preto (Assessoria de Comunicação Social), CEP 30140-062, Belo Horizonte, Minas Gerais.

A divulgação dos resultados de julgamento será feita em 2 de janeiro de 2013, pelo site da AMMP ([www.ammp.org.br](http://www.ammp.org.br)). Será também comunicado à imprensa e publicado no AMMP Notícias.

O edital se encontra no site [www.ammp.org.br](http://www.ammp.org.br).

## Premiação

|                   |             |
|-------------------|-------------|
| 1º colocado ..... | R\$ 10 mil  |
| 2º colocado ..... | R\$ 5 mil   |
| 3º colocado ..... | R\$ 2,5 mil |

## Diretores da AMMP participam de reunião da Conamp em Natal

O Conselho deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) se reuniu no dia 15 de junho, em Natal, Rio Grande do Norte, para discutir a realização do XX Congresso Nacional do Ministério Público, a tramitação da PC 37, que trata da investigação criminal, e a recomposição dos subsídios do procurador-geral de Justiça e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Participaram, além dos integrantes da diretoria da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), presidentes das associações dos Ministérios Públicos dos estados, do Distrito Federal e do Ministério Público Militar. Da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), participaram o presidente Nedens Ulisses e o assessor Parlamentar José Silvério Perdigão, tesoureiro da Conamp.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37 de 2011, conhecida como PEC da Impunidade, em tramitação na Câmara dos Deputa-

dos, de autoria do deputado Lourenço Mendes (PTdoB-MA), acrescenta um parágrafo ao artigo 144 da Constituição Federal, para estabelecer que a apuração das infrações penais será competência privativa das polícias Federal e Civil.

## Subsídios

Também estiveram na pauta os projetos de Lei nº 7749 e 7753, de 2010, e 2197 e 2198, de 2011, que estão apensados aos dois primeiros. As propostas recompõem os subsídios do

procurador-geral da República e dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Os PLs que têm o objetivo de recompor as perdas decorrentes do processo inflacionário, com base no IPCA, aguardam votação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Foram discutidos ainda a organização do XX Congresso Nacional do Ministério Público, que será realizado em Natal no próximo ano, a Contribuição Previdenciária sobre os planos de saúde e o acesso às informações fiscais pelo Ministério Público.

Em Natal, foi realizada a quarta reunião ordinária do conselho deliberativo do biênio 2012/2014



Divulgação: Conamp



ELEIÇÕES 2012

# TSE libera candidatos

Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiram, no dia 28 de junho, que a aprovação das contas eleitorais apresentadas em eleições passadas não será exigida para o registro de candidatura nas eleições municipais deste ano. A decisão, tomada por quatro votos a favor e três contra, revoga decisão de 1º de março do próprio TSE, que condicionava a emissão da certidão de quitação eleitoral à aprovação das contas de campanha.



"Caso a resolução seja revogada, viveremos o inverno da nossa desesperança"

"Foi um lamentável retrocesso", avalia o coordenador do Centro de Apoio Eleitoral (Cael-MPMG), Édson Resende. "Isso porque nas eleições futuras, a partir de 2014, quem tiver tido contas desaprovadas em 2012 terá quitação e poderá disputar as eleições em situação de igualdade com aqueles que se esmeraram e cumpriram com rigor a legislação", explica ele.

Segundo Édson Resende, as noti-

cias veiculadas na imprensa, e até mesmo a impressão geral que foi produzida no meio jurídico, parecem equivocadas, porque a resolução regula as prestações de contas das eleições de 2012. Não foi alterada, e nem poderia ser, segundo o promotor, a regras contidas na resolução que disciplinou as eleições de 2008. Segundo ele, quem teve as contas desaprovadas naquele pleito ficaria sem quitação até

31 de dezembro de 2012. "Tenho pra mim que é perfeitamente possível e adequado impugnar as candidaturas daqueles que tiveram contas desaprovadas pela Justiça Eleitoral, com decisão transitada em julgado, na qual o juiz tenha fixado a suspensão da quitação eleitoral pelo período do mandato disputado - de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012".

## Votações no Tribunal nunca tiveram unanimidade

Nas eleições passadas, foi exigida somente a apresentação da prestação das contas de campanha para a obtenção da certidão de quitação eleitoral, sem exigência de que as contas tivessem sido aprovadas. As votações sobre essa questão no Tribunal, no entanto, nunca foram unânimes.

Em 2009, a Lei 12.034 fixou, entre outros pré-requisitos, exclusivamente a apresentação das contas de campanha eleitoral. A lei não fez nenhuma referência explícita sobre a aprovação das contas. Esse entendimento jurídico foi aplicado também nas eleições de 2010.

A proposta para que a aprovação das contas eleitorais fosse determinante para o registro da candidatura foi apresentada no TSE em fevereiro passado pelo ministro Arnaldo Versiani, que relatou o caso.

A inovação foi rejeitada pelo ministro Gilson Dipp, que votou contra o relator. Ficou claro que a vontade do legislador realmente foi limitar a emissão da certidão apenas à apresentação e não necessariamente à aprovação das contas, afirmou o ministro, na sessão de 28 de fevereiro.

Com a retomada do julgamento, em 1º de março, o TSE publicou a resolução que exige aprovação das contas eleitorais para obter a certidão de quitação eleitoral e com ela o registro da candidatura.

O candidato que foi negligente e não observou os ditames legais não pode ter o mesmo tratamento daquele zeloso que cumpriu com seus deveres. Assim, a aprovação das contas não pode ter a mesma consequência da desaprovação, disse a ministra Nancy Andrighi ao declarar seu voto, no julgamento de março.

"O candidato que foi negligente e não observou os ditames legais não pode ter o mesmo tratamento daquele zeloso que cumpriu com seus deveres"

## PL em tram permite registro de candidaturas sem aprovação das contas

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3839/2012 que permite o registro de candidaturas sem a aprovação das contas rejeitadas. O projeto foi aprovado por 367 votos a favor e 132 contra, com exceção do PSOL. A proposta

Mesmo que seja aprovada, o registro de candidaturas, deve ser condicionado à aprovação da Constituição determina que a quitação eleitoral só será aplicada nas eleições em vigor. Cada caso específico

# s com contas rejeitadas

## Vistas

O julgamento começou no dia 26 de junho e foi interrompido por pedido de vistas do ministro Toffoli com a placar de três votos favoráveis à anulação da resolução e dois contra. Após o pedido de vistas, a presidente da corte, ministra Cármen Lúcia, adiantou seu voto e acompanhou o voto da relatora do caso, ministra Nancy Andrighi, contra a revogação, o que havia deixado a votação empatada.

O julgamento das chamadas candidaturas “contas-sujas” voltou ao TSE, quando 14 partidos entraram com recurso contra a resolução original, que fixou a exigência. O pedido de reconsideração foi apresentado pelo PT e depois assinado por outros 13 partidos: PMDB, PSDB, DEM, PTB, PR, PSB, PP, PSD, PRTB, PV, PCdoB, PRP e PPS.

A ministra Nancy Andrighi propôs uma reforma para a manutenção do dispositivo, o que não foi aceito no plenário. O ministro Marco Aurélio Mello acompanhou o voto da relatora. “Caso a resolução seja revogada, viveremos o inverno da nossa desesperança”, disse o ministro na ocasião.

Segundo a defesa dos partidos, a exigência da aprovação das contas não foi determinada por lei e as penalidades pela reprovação da contabilidade eleitoral só podem ser aplicadas depois da a instauração de processo judicial.



ituação  
tro com  
itadas

s aprovou, em 22 de maio, projeto de lei (PL 808/2017) de candidaturas de políticos com comprovado com o apoio de todos os partidos, a lei foi encaminhada ao Senado.

a e sancionada antes do prazo final para o re- ser aplicada nas eleições deste ano, porque a toda lei que modificar as regras do processo eleições realizadas um ano após sua entrada o, no entanto, deve ser analisado.

## Horário gratuito começa no dia 21 de agosto

Terá início, em 21 de agosto e vai até 4 de outubro, o horário eleitoral gratuito nas emissoras de rádio e de televisão. Nos municípios onde houver segundo turno, a data-limite para o início do período de propaganda eleitoral gratuita vai 13 de outubro, 15 dias antes da eleição. O último dia previsto no calendário eleitoral deste ano para esse tipo de propaganda é 26 de outubro, dois dias antes do segundo turno.

A propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão está prevista na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95). Estão obrigadas a transmitir a propaganda eleitoral as emissoras de rádio, inclusive as comunitárias, e as de TV que operam em VHF e UHF e os canais por assinatura sob a responsabilidade das câmaras municipais.



## Promotores eleitorais vão fiscalizar cota de mulheres

Para fazer cumprir a exigência legal de preencher pelo menos 30% das vagas nas eleições de outubro com mulheres, os promotores eleitorais vão pedir a impugnação das chapas que não preencherem as cotas femininas. “Estamos tentando fazer um movimento em todo o Brasil para acabar com o machismo eleitoral”, explicou o promotor eleitoral Francisco Dirceu de Barros, um dos idealizadores da ação.

Barros acionou mais 1,2 mil promotores eleitorais para formar um grupo nacional que fiscalize o cumprimento da Lei da Ficha Limpa, que estabelece o preenchimento mínimo de 30% das vagas para um dos sexos. Conforme a lei, nenhum dos sexos pode ocupar mais que 70% das vagas em uma chapa.

A participação feminina na Câmara Federal, por exemplo, é de 9%. A proporção é muito inferior à de outros países. Na Argentina, as mulheres ocupam 40% dessas vagas; na

Holanda, 39%; e em Ruanda, 48%. “É vergonhosa a participação feminina”, destaca o promotor. O Brasil ocupa a posição 146 em relação ao resto do mundo.

Mudança na lei determina que os partidos ou coligações preencham 30% das vagas de candidatos para as mulheres ou para os homens, caso 70% dos candidatos tenham sido do sexo feminino. Antes, os partidos não eram obrigados a reservar as vagas.

A campanha liderada por Barros quer agora fazer com que a lei seja cumprida ou os partidos, punidos. A Lei da Ficha Limpa mudou a expressão “reservar” para “preencher”.

Do número de vagas resultantes da coligação, cada partido ou coligação obrigatoriamente preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidatos de cada sexo. É uma cláusula compulsória de obrigatoriedade para a registrabilidade. Se o partido não preencher, a consequência vai ser o indeferimento geral de todos os registros, explica.

“É vergonhosa a participação feminina”, destaca o promotor. O Brasil ocupa a posição 146 em relação ao resto do mundo

Os procuradores eleitorais vão pedir a impugnação das chapas que não preencherem as cotas femininas

# Brasil arquiva 80% das investigações

O Brasil arquiva mais de 80% dos inquéritos de homicídio. Dos quase 135 mil inquéritos que investigam homicídios dolosos instaurados no Brasil até 2007, apenas 43 mil foram concluídos. Destes, pouco mais de 8 mil se transformaram em denúncias. Só 19% dos responsáveis pelos assassinatos foram ou serão julgados pela Justiça.

Esses números foram divulgados em 13 de junho pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O levantamento foi feito pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), segundo parceria firmada em 2010 entre o CNMP, o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça. Agora é possível saber quantas denúncias apresentadas chegam ao final com o julgamento dos casos.

Os dados sobre homicídios dolosos fazem parte da chamada Meta 2 da Enasp, cujo objetivo era concluir, em abril, todos os inquéritos sobre assassinatos instaurados até 31 de dezembro de 2007. Somente 32% da meta foi atingida. Se se considerarem os inquéritos concluídos e pendentes de conclusão (92 mil), apenas 6% dos responsáveis pelos homicídios registrados nas delegacias brasileiras o final de 2007 foram levados ao Judiciário.

A equipe responsável por colher os dados da Meta 2 e implantar procedimentos para que os inquéritos andassem foi coordenada pela conselheira do CNMP Taís Ferraz. Depois da apresentação, ela anunciou que a segunda parte da Meta 2 está em andamento. Seu objetivo é concluir, em um ano, os inquéritos sobre homicídios dolosos instaurados até 31 de dezembro de 2008.

São reduzidas as chances de solucionar inquéritos que investigam assassinatos instaurados há mais de três anos, segundo informação dos delegados que participaram das reuniões do grupo. No caso de assassinatos, as primeiras 72 horas são fundamentais para que o caso seja elucidado com sucesso. Quase 34 mil inquéritos foram arquivados na esteira do trabalho da Meta 2 da Enasp.

Os principais motivos para o arquivamento são o não esclarecimento do crime, a prescrição e o fato de os responsáveis pelos assassinatos, apesar de identificados, já estarem mortos, diz Taís. “Muitos inquéritos incluídos na meta sequer tinham o laudo de exame cadavérico”, destacou a conselheira na ocasião.

As causas para a baixa solução de inquéritos são diversas e demandam ação conjunta dos três poderes para a sua solução. De acordo com o levantamento, 12 estados brasileiros não aumentam o quadro da Polícia Civil há mais de dez anos. Outros oito estados não preenchem os cargos vagos da Polícia. Em 14 estados, há carência de equipamentos periciais e, em 15 unidades da Federação, as delegacias não têm estrutura adequada de trabalho. Em cinco estados, elas não possuem sequer acesso à internet.



Rômulo Ferraz: acordo e parceria

## País é campeão em homicídios

O Brasil é o país com maior número absoluto de homicídios do mundo. Proporcionalmente, também ocupa as primeiras posições do ranking. De acordo com parâmetros internacionais, se considera que um país sofre violência endêmica a partir de dez homicídios para cada 100 mil habitantes. No Brasil, a média é de 26 assassinatos por 100 mil. Em alguns estados, o índice chega a alarmantes 60 homicídios por 100 mil pessoas.

Para fazer o trabalho da Meta 2, a equipe se deparou com problemas triviais, como a falta de aparato tecnológico para racionalizar o trabalho. Em

muitos casos, houve a contagem manual dos inquéritos parados em delegacias e, até a conclusão do levantamento, muitos estados ainda enviavam informações para atualizar os números.

A meta seria considerada cumprida quando os estados conseguissem finalizar, pelo menos, 90% dos inquéritos abertos até 31 de dezembro de 2007. Seis estados conseguiram atingir o objetivo: Acre (100%), Roraima (99%), Piauí (98%), Maranhão (97%), Rondônia (94%) e Mato Grosso do Sul (90%). Outros cinco estados cumpriram menos de 20% da meta: Minas Gerais (3%), Goiás

(8%), Paraíba (9%), Espírito Santo (14%) e Alagoas (15%).

A maior concentração de inquéritos sobre homicídios dolosos não finalizados foi identificada na região Sudeste, com 76.780 (57% do total). A menor concentração de investigações paradas estava na região Norte, com 5.400 inquéritos abertos até o fim de 2007 e ainda sem conclusão (4% do total). O maior estoque e investigações inconclusas foi verificado no Rio de Janeiro, com 47 mil inquéritos sem finalização, correspondentes a mais de um terço de todos os inquéritos do país.

A meta seria considerada cumprida quando os estados conseguissem finalizar, pelo menos, 90% dos inquéritos abertos até 31 de dezembro de 2007

# de homicídios

## Pará sai na frente na Meta 2

O Estado que mais sucesso teve no trabalho foi o Pará, que alcançou o índice de 85% de denúncias apresentadas, a partir de inquéritos abertos até o final de 2007. “São índices semelhantes aos de países como França e Reino Unido”, afirmou a conselheira Tais Ferraz.

Os estados com pior desempenho na execução da Meta 2 foram Minas Gerais (3,24%), Goiás (8,09%) e Paraíba (8,83%). O relatório analisa a situação dos estados a partir de conjunto de indicadores levantados na execução da Meta 2, incluindo propostas de monitoramento e de medidas para melhorar o desempenho.

O secretário de Estado de Defesa Social, procurador de Justiça Rômulo Ferraz, informou que, após o balanço divulgado pelo CNMP, com relação ao cumprimento da Meta 2 do Enasp, foi realizada audiência com o governador Antonio Anastasia, da qual participaram o procurador-geral de Justiça Alceu Torres; a chefe-adjunta da Polícia Civil, delegada Maria de Lourdes Camilli; e o corregedor-geral do Ministério Público, Luiz Antônio Sasdelli Prudente, para discutirem o problema. No encontro, ficou pactuado que, a partir de agora, “de forma objetiva, serão redirecionados os trabalhos de ultimação do passivo dos inquéritos policiais, inclusive do ponto de vista do entendimento até aqui adotado, para que se confira caráter mais

prático à sua definição, privilegiando-se a medida de arquivamento perante do Poder Judiciário, a fim de resgatar Minas Gerais dessa incômoda posição”, destaca Ferraz.

No item relacionamento entre MP e Polícia, o estudo mostra que a tramitação direta de inquéritos entre Polícia Civil e Ministério Público é feita em 15 estados brasileiros. Em 11 estados, ainda há intermediação do Judiciário na tramitação do inquérito, mesmo para medidas simples, como pedido de extensão de prazo ou comunicado sobre inviabilidade de produção de prova. A situação “não raro, resulta em paralisação da investigação por 20, 30 e até 90 dias”, diz o relatório.

Em Minas Gerais, acordo entre o Ministério Público e a Secretaria de Estado de Defesa Social, celebrado no dia 25 de maio, em Araxá, durante o X Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, permite o compartilhamento de experiências bem-sucedidas nas ações de prevenção e enfrentamento da criminalidade. O MP já está participando das reuniões semanais do Colegiado de Defesa Social, das reuniões regionalizadas da metodologia Igesp (Integração da Gestão em Segurança Pública), do Comitê Interinstitucional de Monitoramento e Repressão de Crimes violentos e do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE).

Essa parceria, segundo Rômulo

Ferraz, é uma das medidas previstas no Plano de Enfrentamento à Violência em Minas Gerais, cujos investimentos são de R\$225 milhões, lançado em maio pelo Governo estadual. Estão sendo implementados novos métodos e estratégias para a segurança pública, com vistas à redução da criminalidade violenta no Estado.

Rômulo Ferraz afirmou que os trabalhos do Comitê Interinstitucional de Monitoramento e Repressão aos Crimes Violentos, iniciados em abril, com a participação das polícias e do Ministério Público, com reuniões de trabalho e adoção de diversas medidas de ajustes e estratégias de atuação conjunta, notadamente nas regiões da Grande BH, Montes Claros, Ipatinga e Governador Valadares, já apresentam resultados concretos no processo de contenção de homicídios no Estado”. Em abril, o total de homicídios no Estado foi de 338; em maio, 315; e em junho, foram 283, “menor montante mensal desde novembro de 2010”, comparou. Até o final do ano, os comandos das polícias Civil e Militar, coordenados pela Seds, realizarão rodadas de trabalho em todas as Risp's do Estado, sempre com a participação dos promotores que atuam nas Varas Criminais e no Juri, completou.

“De forma objetiva, serão redirecionados os trabalhos de ultimação do passivo dos inquéritos policiais, inclusive do ponto de vista do entendimento até aqui adotado, para que se confira caráter mais prático à sua definição, privilegiando-se a medida de arquivamento perante do Poder Judiciário, a fim de resgatar Minas Gerais dessa incômoda posição”

## Nova meta prevê ampliação do monitoramento

Neste ano, a meta engloba, além do estoque remanescente de inquéritos de 2007, aqueles instaurados até dezembro de 2008 e sem conclusão. Os gestores estaduais da Meta 2 da Enasp terão um ano para identificar a quantidade de inquéritos nessa situação, separá-los dos demais e retomar do ponto onde pararam.

“A proposta para os inquéritos da nova Meta 2 é ampliar esse monitoramento, para que seja possível a obtenção de dados mais sofisticados sobre as principais causas de ar-

quivamento e causas dos próprios crimes de homicídios”, diz o relatório.

A Enasp tem cinco metas e os números apresentados se referem apenas à Meta 2. As outras metas são eliminar a subnotificação de homicídios (Meta 1), trabalhar para que haja a pronúncia dos acusados (Meta 3), para que o julgamento ocorra (Meta 4) e o aperfeiçoamento de programas de proteção a testemunhas de vítimas (Meta 5).

O trabalho da Enasp revelou o quadro de impunidade já previsto. A pesqui-

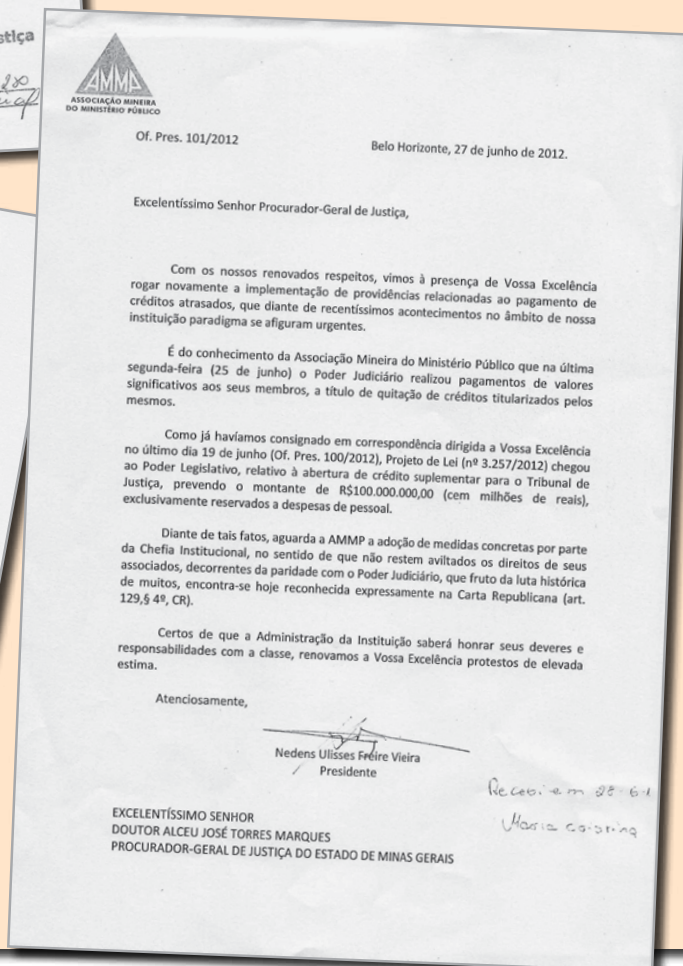
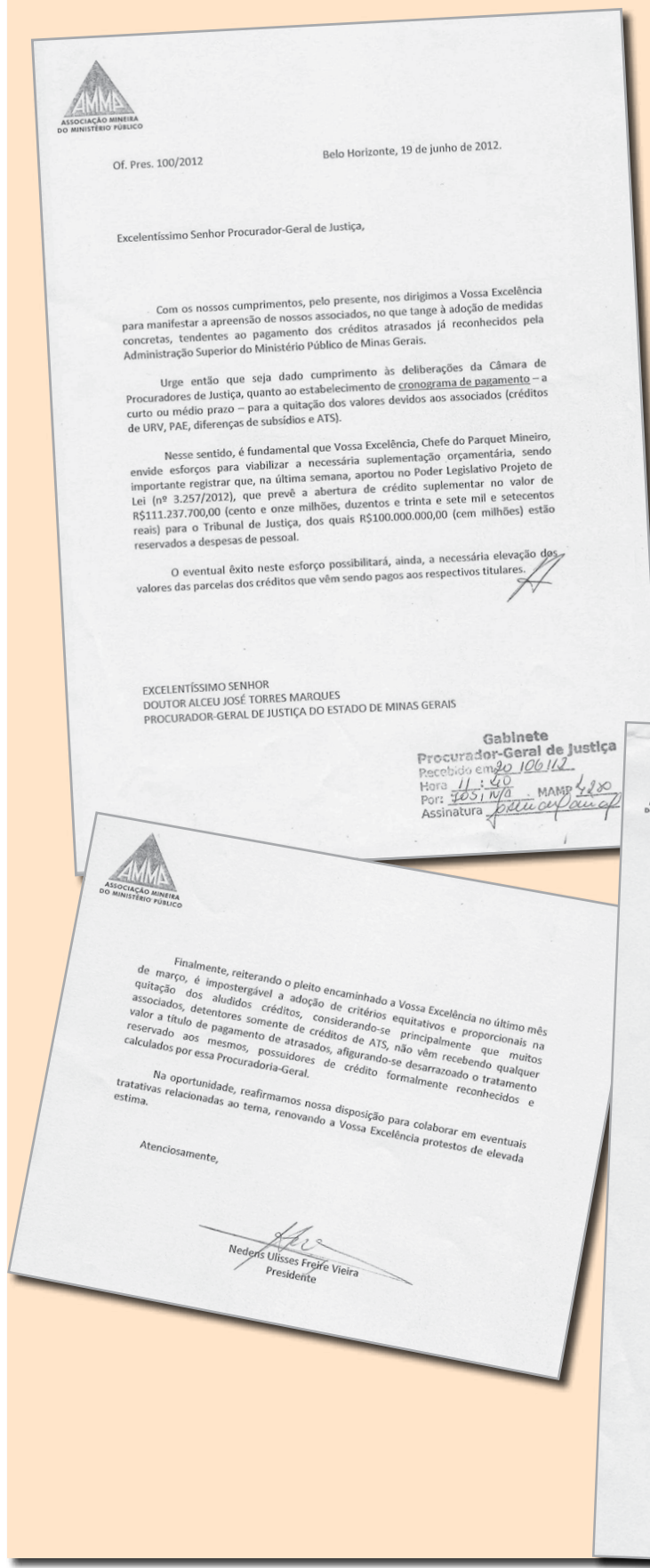
sa, no entanto, permitiu que os problemas começassem a ser atacados e, com o diagnóstico, o sistema de Justiça poderá planejar ações efetivas para que criminosos sejam efetivamente punidos. Os resultados já foram sentidos. A média inicial de apresentação de denúncias sobre homicídios dolosos no Brasil, que variava entre 5% a 8%, subiu para 19% quando considerados os inquéritos finalizados pelas ações da Meta 2.

Em outubro, serão divulgados os números correspondentes às metas 3 e 4.

# Associação reivindica pagamento de atrasados à PGJ

O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses, encaminhou ofício ao procurador-geral de Justiça Alceu Torres em junho, cobrando a adoção de medidas concretas para o pagamento a créditos atrasados já reconhecidos pela Procuradoria-Geral. No documento, pede urgência no cumprimento das deliberações da Câmara de Procuradores para estabelecimento de cronograma de pagamento a curto ou médio prazo, visando à quitação da dívida (URV, PAE, diferença de subsídios e ATS). O que se pretende é que sejam envidados esforços para viabilizar a suplementação orçamentária.

No final de junho, novo ofício foi protocolado na PGJ, ratificando o pedido anterior. Nedens Ulisses destacou, nessa correspondência, a abertura de crédito suplementar para o Tribunal de Justiça, no valor de R\$ 111.237.700,00, por meio do Projeto de Lei 3.257/2012. Desse montante, R\$ 100 milhões serão destinados às despesas de pessoal.



## Novo site está no ar

Entrou no ar, no dia 3 de julho, o novo site da AMMP ([www.ammp.org.br](http://www.ammp.org.br)) com mais ferramentas e conteúdos.

O associado poderá navegar pela galeria de fotos de todos os congressos, jornais, fóruns, seminários, artigos publicados e acessar os programas de TV, entre outros vídeos.

Novos arquivos serão inseridos à medida em que estão sendo digitalizados.

A AMMP tem agora também página no Facebook – Associação Mineira do Ministério Público e twitter @ammpmg.

Segundo a vice-presidente da AMMP, Shirley Fenzi, o novo site, além de otimizar a comunicação entre o associado e sua entidade de classe, resgata parte da história da Associação, ao expor em suas galerias a memória dos congressos estaduais e outros eventos. “E o Facebook e Twitter, que são plataformas de mídia social, permitem mais interatividade entre as partes”, frisou.



FOTOS MARIA DO SOCORRO MATTA



Edgar Nunes, referência em Geriatria

## AMMP-Saúde promove palestra sobre qualidade de vida



Palestra sobre qualidade de vida foi realizada, no dia 29 de junho, pela AMMP-Saúde com o geriatra Edgar Nunes Moraes, uma das principais referências brasileiras na área. Edgar Nunes é professor de Geriatria, coordenador da Residência em Geriatria no Hospital das Clínicas.

Ao final, os participantes receberam o livro *Atenção à Saúde do Idoso – Aspectos Conceituais*, autografado pelo autor.

## Promotor de Poços é cidadão honorário de Campestre

O promotor de Justiça Glaucir Antunes Mosto, da 5ª Promotoria de Poços de Caldas, conselheiro da Associação Mineira do Ministério Público, é cidadão honorário de Campestre, município sul-mineiro.

Glaucir divide seu tempo entre a Promotoria de Poços, onde é titular, e a Comarca de Campes-

tre desde 2003. Poços está distante de Campestre cerca de 90 km.

A outorga do título, realizada em sessão solene da Câmara Municipal no dia 19 de maio, se deu pelos excelentes trabalhos que desenvolve em benefício da comunidade campestrense, conforme consignado no diploma respectivo.



Arquivo Pessoal

# Aposentadas e pensionistas viajam pela história e riquezas do Estado

Associadas aposentadas e pensionistas estão conhecendo ou revisitando os museus de Belo Horizonte. As visitas começaram no Museu das Minas e do Metal (MMM), em 21 de junho, no Circuito Cultural da Praça da Liberdade. Lideradas pela assessora para Assuntos de Aposentados e Pensionistas, Marlene Maria Almeida Fernandes, o grupo de 22 mulheres, saudadas pelo presidente da Associação Mineira do Ministé-

rio Público (AMMP), Nedens Ulisses, na portaria da sede, fez uma viagem às minas e às riquezas naturais que celebram a “identidade do Estado e de seu povo”.

Instalado no Prédio Rosa, como é conhecido, o museu que foi concebido por Marcello Dantas, coloca a metalurgia em perspectiva histórica, destacando o papel do metal na vida humana, com ilustrações de sua diversidade, características, processos produtivos e inserção no imaginário popular. De forma lúdica e criativa, a tecnologia ali é usada para apresentar esse universo. São 18 salas com 44 atrações e 11 instalações dedicadas às principais minas do Estado, apresentadas por dom Pedro II, sua esposa, a imperatriz Teresa Cristina, o Barão de Eschwege, Xica da Silva, dentre outros personagens históricos e fictícios.

A associada Marília Helena Narducci ficou encantada com tudo que viu. “O cuidado, a pesquisa, a disposição de tudo, é demais”, destacou. Também para Terezinha Machado, a

visita superou as expectativas. Laura Rocha Moreira contou surpresa que “não sabia que BH tinha um museu tão lindo quanto o MMM”. E adiantou: “quero conhecer tudo o que o Circuito Cultural da Praça oferece e outros também”. Marlene Fernandes concluiu: “não é necessário ir a Paris, Moscou ou China para conhecer museu tão bonito. Já estamos preparando a agenda das próximas visitas”, anunciou.

## Programação

Às quintas-feiras, às 19h30, o museu tem programação cultural gratuita (Toda Quinta é muito MMMais – Língua Afiação, Super Tela e Café com Poesia). Em um domingo do mês, às 11 horas, oferece atração especial para as crianças - Era Uma vez no MMM, também com entrada franca. Agendamento é feito pelo telefone 3516-7200 ou pelo e-mail contato@mmm.org.br.



▲ Nedens, ao centro, entre as associadas

## Memorial mostra Minas e as lendas de BH

A visita da tarde do dia 28 de junho ao Memorial Minas Gerais – Vale, que ocupa o antigo prédio da Secretaria da Fazenda, na Praça da Liberdade, ofereceu uma viagem no tempo, contando a história da criação do Estado, desde as entradas e bandeiras, até a construção de Belo Horizonte e a transferência da capital. Em destaque estão as artes (moda, lite-

ratura, patrimônio) e o cenário contemporâneo a partir da memória mineira e as lendas de Belo Horizonte.

A procuradora de Justiça Armênia de Oliveira e Souza Rocha, assessora de Turismo e Lazer da AMMP, destaca “a oportunidade de congraçamento a partir de atividades dessa natureza, além da alegria de conhecer tantas maravilhas de

Minas Gerais”.

O Memorial abre suas portas às terças, quartas, sextas e sábados, das 10 às 17h30; às quintas, das 10 às 21h30; e aos domingos, das 10 às 13h30. O telefone para marcar a visita guiada é 3343-7317.

Duas horas é pouco tempo para visitar tanta coisa. Há de se reservar mais tempo para conferir.



## Novos passeios

Em 7 de julho, foi realizado passeio a Inhotim, em Brumadinho. Outros dois estão programados para Campos de Jordão (SP) em agosto, e Holambra /Serra Negra/ Pedreiro /Atibaia (SP), em setembro.

# Dirigindo na Belíndia

Às vezes o Brasil é chamado de *Belíndia*, numa alusão aos extremos que separam Bélgica e Índia. A comparação não está levando em conta os extremos geográficos, mas social, econômico, educacional. O primeiro, país símbolo de riqueza e desenvolvimento; o segundo, referência de pobreza extrema e baixo IDH.



Arquivo Pissol

Isto porque aqui temos os dois extremos, embora pouco de Bélgica e muito de Índia. Poucos detêm muito da riqueza nacional e muitos vivem em completa miséria. As boas escolas e melhores faculdades são acessíveis apenas aos poucos privilegiados 'belgas'. A maioria absoluta, que lembra a pobreza da Índia, está apenas frequentando a escola para passar de ano. E por aí vão os grandes paradoxos que nos envolvem no dia-a-dia, dentro desse raciocínio comparativista.

Outra semelhança que nos remete aos citados países são as leis e o respeito a elas. Na Bélgica, os regulamentos da União Européia regem dentro e além fronteiras, sendo poucas as leis internas. Vigem na maioria o chamado direito consuetudinário ou do costume. No outro extremo, está a Índia, país de dimensão continental, tanto em extensão territorial quanto populacional. São mais de 400 idiomas e dialetos falados pelo mesmo povo. Só para se ter uma ideia, a Constituição deles, em volume, é a maior do mundo.

No Brasil, existem em torno de 182 mil leis. Ninguém sabe ao certo quantas delas ainda estão em vigor e quantas foram revogadas. Só entre 2000 e 2010, foram criadas 75.517 leis.

Um país não se educa com leis. Aliás, quanto mais necessidade delas, mais reflexo de pouca educação. Só o recalcitrante, o deseducado ou o desobediente precisa de lei para regular seu convívio na sociedade.

Para exemplificar, vamos à questão do trânsito de veículos. Na Bélgica, todos têm respeito extremo às *road rules*, costume adquirido na família e aprendido na escola. Na verdade, existem apenas as placas de sinalização e alguns regulamentos para coibir excesso de velocidade e embriaguez ao volante. O mesmo acontece na Alemanha, principalmente nas *autobahn*, onde há pouco regulamento escrito nessa matéria e até mesmo o limite de velocidade vai da consciência de cada um.

Já em nosso país, em se tratando de trânsito, não faltam leis. Desde a Constituição Federal, passando pelas leis complementares e ordinárias, decretos, resoluções do Contran, portarias do Denatran, dos Detrans, do Dnit e DER's e até das prefeituras. Todo mundo detém um pouquinho de competência para editar regulamentos sobre o tema.

Mas nenhuma dessas leis ou regulamentos tem melhorado nosso comportamento como motorista de carro ou piloto de moto. Têm apenas disciplinado o tráfico de veículos e pedestres e arrecadado milhões de reais através da aplicação de multa aos infratores das condutas proibidas. O atual Código de Trânsito contém 341 artigos, e ainda assim é insuficiente para nos fazer melhores condutores e punir os transgressores com o rigor necessário e servir do freio para evitar tais práticas ou a reincidência. Nenhum ente estatal investe pesado na educação para o trânsito, desde o Ensino Fundamental até a formação profissional do indivíduo.

O artigo 302 do CTB trata do homicídio praticado na direção de veículo automotor, estipulando pena de detenção de 2 a 4 anos. Isso em termos práticos é o mesmo que dizer: atropelar e matar alguém, ainda que em situação previsível, dá quase em nada. O infrator não vai receber uma pena que retribua à altura a gravidade do ato praticado. Considerando a morosidade da nossa (in)justiça, à luz do patamar mínimo e máximo da pena cominada, a prescrição alcançará a pretensão punitiva estatal, ou talvez a pretensão executória. Caso o processo termine de forma célere, a condenação resultará, na prática, em quase impunidade. Eis que a pena privativa de liberdade será convertida em restritiva de direitos, cuja fiscalização do cumprimento, como sabemos, é totalmente deficiente.

Mas, no exemplo acima, tudo seria diferente se nossa cultura jurí-

dica mudasse e passasse a aceitar que atropelar e matar alguém no trânsito em situação de risco assumido e previsível (dolo eventual) como dirigir embriagado ou durante um "racha", não seria homicídio culposo, e sim doloso, ou seja, ainda que não haja intenção direta no resultado final (morte), nessas condições o motorista assume o risco de causá-la.

Foi o que aconteceu recentemente em Montes Claros. Dois motoristas foram condenados a 29 anos por duplo homicídio em dolo eventual, visto terem atropelado e matado um casal de idosos em 2004, durante um "racha" que disputavam. Vejam que o processo durou em trâmite na instância inicial, oito anos e não incidiu a prescrição em face da pena mínima e máxima cominada ser bastante mais elevada que no mesmo crime previsto pelo CTB. E ainda deve demorar mais alguns anos, caso haja recurso para instâncias superiores. E se a pena dosada for mantida, eles terão de cumpri-la efetivamente, recebendo a retribuição pelo prejuízo moral, social e familiar causado aos parentes, amigos e à sociedade, além de servir de exemplo aos demais condutores.

Na verdade, em Minas esse é o terceiro caso idêntico de condenação, sendo que o de maior repercussão ocorreu em Bicas, onde em 1996, um médico e um empresário atropelaram e mataram cinco pessoas nas mesmas condições. Só agora, 16 anos depois do fato, vão para a cadeia.

O nosso Código de Trânsito (Lei 9503/98) é rico e tem um pouco de Bélgica no capítulo VI, sobre a educação (teórica) para o trânsito, no capítulo IX do registro dos veículos e principalmente nos capítulos XV e XVI, sobre as infrações e penalidades; mas de uma pobreza que lembra a Índia quando trata no capítulo XIX dos crimes praticados na direção de veículos automotores, pois tem pouca eficácia como instrumento punitivo e educativo. Dirigir aqui é como dirigir numa *Belíndia*.

\*PROMOTOR DE JUSTIÇA EM TEÓFILO OTONI

"A maioria absoluta, que lembra a pobreza da Índia, está apenas frequentando a escola para passar de ano. E por aí vão os grandes paradoxos que nos envolvem no dia-a-dia"

"Um país não se educa com leis. Aliás, quanto mais necessidade delas, mais reflexo de pouca educação"

"Eis que a pena privativa de liberdade será convertida em restritiva de direitos, cuja fiscalização do cumprimento, como sabemos, é totalmente deficiente"

# Bogliolo completa a 20ª maratona em Porto Alegre

Fotos Arquivo Pessoal



O promotor de Justiça Alberto Bogliolo Sirihal completou no dia 3 de junho, em Porto Alegre, sua 20ª maratona. São já 800 quilômetros percorridos. Na capital gaúcha, a prova foi completada em 2h58min44seg, o que lhe rendeu o 68º lugar na classificação geral e 11º lugar na classificação da faixa etária entre 35 e 39 anos.

## Associação promove a 7ª festa junina

Foi de muita animação a tarde do dia 23 de junho na AMMP com a realização da 7ª Festa Junina, que reuniu associados, funcionários e seus familiares no parque esportivo da Rua Timbiras.

Crianças e pais participaram da gincana. Não faltaram comidas e bebidas típicas.

Dez casais do Forró Pé de Serra, do grupo principal do Arraial de Belô, dançaram uma quadrilha especial.



Fotos Pedro Henrique



### O seguro mais seguro.

Você conhece o seguro mais seguro? É o aquele que oferece confiabilidade e suporte ao segurado. E que nós, da Siena Corretora de Seguros oferecemos a você, associado da AMMP.

O seguro mais seguro é garantido pelo grupo segurador formado pelo **Banco do Brasil + Mapfre Seguros** e pela experiência, estrutura e serviços qualificados da **Siena Corretora de Seguros.**

**Siena Corretora de Seguros**  
Central de Atendimento ▶ **0800 771 1231**




Nós fazemos mais por você.  
www.sienaseguros.com.br